

## EDITORIAL

Convidamos a todos para a leitura do Volume n. 59 da *Vivência: Revista de Antropologia*. Nesta edição, contamos com o Dossiê “Etnografias sobre justiça e *crime*”, organizado por Juliana Gonçalves Melo (UFRN), Marcus Cardoso (PPGEF/UNIFAP) e Carolina Lemos Barreto (MNPCT); com um artigo de fluxo contínuo e com uma resenha. Contamos ainda com uma sessão de traduções de textos franceses: um artigo de Sophie Laligant sobre os processos de conservação das comidas de porco e o estatuo da banha, um outro de Isabelle Gobatto sobre o pensamento e os aportes teóricos de Maurice Godelier e um terceiro de Fabienne Watteau sobre a trajetória de Colette Petonnet e sua proposta metodológica, que complementam e enriquecem esse volume, bem como ampliam nossas redes de cooperação com a França e a presença da antropologia francesa no Brasil.

O Dossiê “Etnografias sobre justiça e *crime*”, especificamente, propõe ampliar o debate sobre os sistemas de justiça criminal e, entre outras questões, aponta para a importância de refletirmos sobre o ato de pesquisar em contextos marcados pela desigualdade, vulnerabilidade e violação de direitos. Todos os artigos estão fundamentados em pesquisas empíricas sólidas e, de maneira transversal, mostram como pesquisas acadêmicas e ações de extensão em ambientes de privação de liberdade são perpassadas por redes complexas de poder; por normas burocráticas impostas de modo vertical; e por sentimentos ambivalentes e, ao mesmo tempo, potentes. Se pesquisarmos nesses contextos demonstra a potência e a vitalidade de nossas práticas em termos acadêmicos e sociais, estarmos nesse ambiente é sermos atravessados pelo sentimento de impotência diante das situações de violência e de negação cidadã<sup>1</sup> que presenciamos sistematicamente.

Se o “sistema” prisional (que não pode ser pensado como um todo coerente) teve um papel de destaque no Dossiê, alguns artigos buscam pensar a prisão a partir de diferentes perspectivas e/ou “acessos”. Neste sentido, alguns tratam diretamente do universo prisional (com ênfase nas unidades femininas) enquanto outros pensam a prisão do ponto de vista da “entrada”, focando nas prisões em flagrante, nas audiências de custódia e nos processos daí decorrentes. Há um artigo direcionado para o encarceramento indígena, tema sobre o qual temos pouco conhecimento. O envolvimento de indígenas em atividades ilegais, em dinâmicas criminais e o modo como são inseridos em nossas prisões, aliás, são ainda assuntos pouco abordados nas ciências sociais, e essa é uma lacuna importante a superarmos. Agenda para ontem, portanto.

O Dossiê também trata de demandas por justiça e reconhecimento por parte de mulheres que passaram por violência doméstica e/ou institucional, como é o caso de Dalva, que teve o filho assassinado em uma chacina no Rio de Janeiro. O Dossiê, aliás, termina com a narrativa/grito de Dalva

que, depois de ter o filho morto por policiais, foi novamente violentada pelo Estado quando precisou lutar para “provar” que seu filho não era um “bandido”, ou seja, um ser digno de ser morto rápida (como aconteceu na chacina que o matou) ou lentamente (como em nossas prisões).

Soma-se ao Dossiê, o artigo “O limite do cuidado: relações entre Estado e Família na desinternação de pacientes em manicômios judiciários”, elaborado por Túlio Maia Franco (PPGSA/UFRJ). Neste artigo, que poderia também compor o Dossiê por questões de similaridade temática, Franco descreve dois processos coexistentes: a importância da família para os profissionais que trabalham com a medida de segurança no processo de desinternação de pacientes de manicômios judiciários e a dificuldade dos familiares em voltar a conviver com o parente que foi preso. A partir desse ponto de tensão, analisa o modo pelo qual a desinternação pressupõe um acúmulo subjetivo em que o *desinternante* deva ser considerado um sujeito biologicamente estável, moralmente responsável e “sujeito de direitos” para que saia do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) e retorne ao vínculo familiar. Esta volta, entretanto, é marcada por tensões, pois muitas vezes foram crimes cometidos contra familiares que motivaram sua internação.

Além dos artigos mencionados, o número da revista termina com a resenha do livro de Didier Fassin, “Por una repolitización del mundo: Las vidas descartables como desafío del siglo XXI”, elaborada por Marcus Cardoso e Carolina Lemos Barreto.

*Carlos Guilherme do Valle  
Juliana Gonçalves Melo  
Julie Antoinette Cavignac*

## NOTA

- <sup>1</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Equality, dignity and fairness: Brazilian citizenship in comparative perspective”. *Critique of Anthropology*, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 131–145, 2013.